

NOTÍCIAS DA LATA

BOLETIM INFORMATIVO DA ABRALATAS

ANO 15 - Nº 80

TRIBUTAÇÃO VERDE

INSTITUIÇÕES LANÇAM MANIFESTO POR
MEDIDAS QUE ESTIMULEM A PRODUÇÃO E O
CONSUMO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL

Alumínio é para sempre.

TRIBUTAÇÃO VERDE



CONSUMO CONSCIENTE

Cresce número de
brasileiros que buscam
hábitos mais sustentáveis

p. 2

FOLHA E ABRALATAS

Especialistas debatem
soluções para
Economia Limpa

p. 3

EVERARDO MACIEL

Estudo aponta caminhos
tributários para economia
de baixo carbono

p. 5

A França, que recicla em torno de 20% de suas embalagens plásticas, definiu como meta alcançar 100% de reciclagem desse material até 2025. A solução encontrada pelo governo francês é bem simples: tornar mais caros os produtos que utilizam plástico não reciclado. “Amanhã, quando o consumidor puder escolher entre duas garrafas, uma fabricada com plástico reciclado e a outra não, a primeira será mais barata”, anunciou a secretária de Estado de Transição Ecológica e Solidariedade, Brune Poirson.

Proposta semelhante está sendo estudada pela União Europeia, que planeja criar taxas por material não reciclado. Como ninguém gosta de taxas, cada Estado-membro iria se esforçar para reduzir ao máximo o volume de resíduos destinados aos aterros. Esse problema ambiental é considerado grave por lá, principalmente desde que a China decidiu impedir a importação de vários tipos de sucatas descartadas pelos europeus.

O uso de medidas tributárias para direcionar a produção e o consumo de baixo impacto ambiental é a proposta, até agora apoiada por 15 instituições brasileiras, que será encaminhada ao Congresso Nacional. O assunto também será analisado na terceira edição do Fórum Economia Limpa, promovido pela Abralatas em parceria com a Folha de São Paulo, quando especialistas debaterão soluções para um desenvolvimento econômico que respeite o meio ambiente.

O consumidor busca, a cada dia que passa, adotar hábitos ambientalmente sustentáveis, como mostrou pesquisa realizada pelo Instituto Akatu. Mas a pesquisa indica também que o preço do produto ainda é uma barreira. O impacto ambiental tem custo e o consumidor, ao optar por não pagar esse preço, estará dando um recado à indústria.

É o que está por trás da decisão francesa, da proposta europeia e de tantas outras medidas que tentam conciliar desenvolvimento econômico e redução do impacto ambiental. O Fórum Economia Limpa e a iniciativa da Abralatas em lançar um manifesto a favor da Tributação Verde são mais duas contribuições para esse debate.

Passou da hora de agirmos em favor do meio ambiente.

RENAULT CASTRO

Presidente Executivo da Abralatas



Foto: Diego Bresani

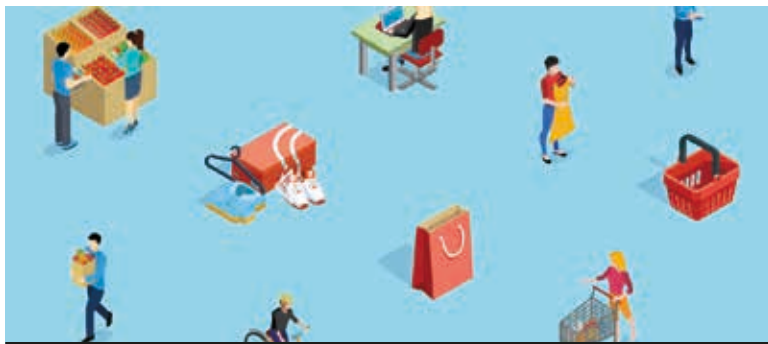


Ilustração: www.akatu.org.br

CONSUMIDOR QUER SER SUSTENTÁVEL

Pesquisa lançada recentemente pelo Instituto Akatu fez um panorama do consumo consciente no Brasil. A boa notícia é que aumentou o número de pessoas que buscam hábitos mais sustentáveis. De 2012 para cá, o índice passou de 32% para 38% da população.

A má notícia é que o consumidor encontra muitas barreiras para elevar ainda mais esse índice. A principal delas é a necessidade de esforço, como “pagar mais caro”, “exigir mudanças nos hábitos familiares” e “dificuldades para encontrar o produto”, entre outros.

A pesquisa também detectou gatilhos que estimulam a adoção de hábitos mais sustentáveis. Entre os principais estão atitudes ligadas às próprias empresas, como combater o trabalho infantil, tratar funcionários sem discriminação, incluir pessoas com deficiência, contribuir para o bem-estar da comunidade e oferecer boas condições de trabalho.

Para o presidente do Akatu, Hélio Mattar, o momento é de recrutar pessoas em nível iniciante para trilhar o caminho do consumo sustentável. Ele diz que as empresas ainda falam com uma minoria. “A maior parte é de consumidores indiferentes ou iniciantes. Quem quiser ampliar mercado tem de ter boas práticas empresariais e divulgá-las consistentemente”, afirma.



EXPEDIENTE

Boletim da ABRALATAS

Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio » SCN Qd. 01, Bloco F, Ed. America Office Tower, Salas 1608 a 1610, CEP: 70.711-905, Brasília-DF

Tel/Fax: (61) 3327-2142

E-mail: abralatas@abralatas.org.br

Presidente do Conselho de Administração: Wilmar Arinelli

Presidente Executivo: Renault de Freitas Castro

Assessoria: Guilherme Caniello

Projeto Gráfico: Frisson Comunicação

Jornalista responsável e Redação: Cláudio Tourinho e Sinval Neto

Revisão: Fátima Campos

Tiragem: 3.700 exemplares

Impressão: M2 Gráfica e Editora

ASSOCIADOS



AFILIADOS



CONHEÇA A ABRALATAS EM: WWW.ABRALATAS.ORG.BR



Twitter: www.twitter.com/abralatas



LinkedIn: Abralatas



Facebook: Abralatas



YouTube: Canal Abralatas

Economia Limpa 3^a edição



27 DE AGOSTO DE 2018
TEATRO UNIBES CULTURAL-SP
8H30 ÀS 14H30

Seminário reúne especialistas e representantes de diversos setores para discutir políticas de incentivo à produção e ao consumo de baixo impacto ambiental

O jornal Folha de São Paulo e a Abralatas realizam no final de agosto, pelo terceiro ano consecutivo, um encontro com representantes do setor produtivo e especialistas em questões tributárias e ambientais, para debater propostas e mecanismos de estímulo à produção de bens e serviços de baixo impacto ambiental. O evento abordará temas atuais como a Tributação Verde e a Reforma Tributária, além dos desdobramentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a grave situação global da poluição marinha.

“Estamos falando de aquecimento global e pouco se faz para estimular uma produção mais sustentável. Recentemente, o Governo Federal aprovou com celeridade a redução da tributação sobre o diesel, sem se preocupar com o impacto ambiental que isso acaba provocando, se afeta a saúde do brasileiro ou não. Já passou da hora de incluir o impacto ambiental como variável de orientação para os rumos do desenvolvimento econômico

que pretendemos para o país”, comentou Renault Castro, presidente executivo da Abralatas.

O Fórum Economia Limpa 3^a edição - A economia como um aliado da natureza será realizado em São Paulo (SP) no dia 27 de agosto. Um dos destaques é a apresentação de um estudo do ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel com os instrumentos econômicos que podem ser utilizados para garantir estímulos tributários à produção e ao consumo de bens e serviços de menor impacto ambiental (veja matéria da página 4).

Desde 2010, a Abralatas organiza eventos anuais para discutir a produção de baixo impacto ambiental – o Ciclo de Debates Abralatas –, tendo reunido especialistas, representantes de todos os poderes, Ministério Público, academia, organizações, estudantes, políticos, catadores de materiais recicláveis e empresários para analisar soluções de desenvolvimento sustentável.

Correalização



FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Patrocínio

Novelis

Ricardo Guggisberg, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), falará no Evento sobre a importância de o Brasil recuperar seu destaque em transporte sustentável. Segundo ele, de 1975 até 2005, o país foi um dos líderes nessa área graças ao Proálcool e aos veículos flex. Hoje perdeu posições para países europeus, China, Japão e Estados Unidos. “Temos que recuperar o tempo perdido”, afirma Guggisberg.

No cenário eleitoral, Guggisberg mira o mais alto representante do Executivo. “Acredito que o futuro presidente não pode se omitir em relação ao transporte sustentável. Em maio, o Brasil parou por causa da paralisação dos motoristas de caminhão a diesel. O país ficou refém dos interesses corporativos ligados à velha indústria dos combustíveis fósseis. Isso não pode se

repetir. A eletromobilidade virou uma questão de segurança nacional.”

Diretor executivo da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), Donizete Tokarski fará um alerta sobre os desafios do setor para se adequar às mudanças previstas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a transição da economia para um modelo mais verde e sustentável deve gerar cerca de 620 mil novos empregos até 2030, só no Brasil. “Além disso, com a regulamentação e a implementação da Lei nº 13.576/2017 (Renovabio), a expectativa do setor é de dobrar o consumo de biocombustíveis nos próximos 10 anos”, destaca o diretor executivo. A Ubrabio solicitou aos candidatos à Presidência da República a inclusão, nos respectivos planos de governo, de estratégias para a evolução e o fortalecimento dos biocombustíveis no Brasil.

WWW.CICLODEDEBATESABRALATAS.ORG.BR

Economia Limpa 3^a edição

PROGRAMAÇÃO

ABERTURA

MESA 1

Meio Ambiente e Política Tributária

A interação entre a proteção e a conservação ambiental e os instrumentos econômicos das políticas públicas.

MESA 2

Tributação Verde e Competitividade

Indústrias limpas dependentes de estímulos fiscais para se tornarem viáveis.

MESA 3

Logística Reversa

Evolução da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

MESA 4

Mesa Rios e Mares

O combate à poluição da água.

folha.com/economialimpa3

semináriosfolha

Economia Limpa 3^a edição

★
★
★

A economia como um aliado da natureza

Especialistas na chamada Economia Limpa vão tratar dos grandes desafios que hoje o país enfrenta para reduzir os impactos ambientais da atividade econômica. Tópicos como o uso de instrumentos e de políticas públicas, inclusive aquelas de natureza tributária, a evolução da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o combate à poluição da água estarão em discussão. Um debate que interessa a todos, sem exceção. Participe.

Seminários Folha. O Brasil precisa ser discutido.

Ingressos gratuitos
VAGAS LIMITADAS.
ACCESSE EVENTOS.FOLHA.COM.BR
E CADASTRE-SE.

27 de agosto
Unibes,
São Paulo/SP

SEMPRE FOLHA
+ Caderno especial com cobertura dos eventos
+ Vídeos e reportagens no site da Folha

Patrocínio: **Novellis**

Correalização: **Ciclo de Debates abralatas** 2018

Patrocínio: **FOLHA** NÃO DA PERDA ILÍCITA



O CAMINHO DA TRIBUTAÇÃO VERDE

Especialista indica como tributação pode estimular uma economia de baixo carbono

Ex-secretário da Receita Federal por oito anos, Everardo Maciel dará uma importante contribuição aos debates sobre os caminhos que devem ser percorridos para que a política tributária brasileira passe a ser também um instrumento de defesa do meio ambiente. Durante o Fórum Economia Limpa 3ª edição, ele apresentará os resultados de estudo encomendado pela Abralatas, mostrando como o Brasil pode estimular o crescimento econômico sustentável e corrigir falhas de mercado que possam agravar o problema ambiental, como a tributação de reciclados.

O Estudo aponta quais são os tributos mais adequados e a forma de utilizá-los para controlar os impactos ambientais de bens e serviços, que podem induzir a economia a adotar modos de produção de baixa emissão de carbono. A ideia é demonstrar as melhores maneiras de incluir o fator ambiental no sistema tributário brasileiro.

Para o presidente executivo da Abralatas, Renault Castro, a resposta a essas questões dará subsídios a negociações entre o setor produtivo, as organizações sociais e o governo, para a adoção

de soluções tributárias que reduzam as emissões de carbono e contribuam para o cumprimento, por exemplo, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assumidos pelo Brasil por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de 2015. “Apesar de o Brasil ter assumido compromissos ambientais internacionais há décadas com o objetivo de adotar medidas de transição para um modelo de economia limpa, ainda é muito tímida a atuação do poder público nesse sentido”, avalia Renault.



MANIFESTO PELA SUSTENTABILIDADE

Grupo de empresas e instituições lança movimento e reúne apoios na internet a favor da instalação de foro democrático para debater a Tributação Verde

Um grupo de instituições, entre elas a Abralatas, lançou um movimento nacional, por meio de um manifesto público, para debater a criação de políticas tributárias que estimulem a produção e o consumo de baixo impacto ambiental. No site www.tributacaoverde.org.br é possível acessar informações sobre o assunto e confirmar apoio à instalação de um foro democrático na Câmara dos Deputados para debater o tema. O objetivo principal é criar soluções para a inclusão de dispositivos no sistema tributário brasileiro que reflitam o impacto ambiental dos diversos bens e serviços.

O tema ganha força à medida que o mundo discute mecanismos que incorporem ao preço dos produtos e serviços o seu custo ambiental, de forma a premiar e incentivar quem preserva e recupera o meio ambiente, direcionando e estimulando a produção e o consumo no mesmo sentido.

O presidente executivo da Abralatas, Renault Castro, acha que a proximidade das Eleições é uma boa oportunidade para reforçar a proposta. “Importantes

estudos indicam que a transição para uma economia sustentável tem de passar, necessariamente, pela precificação ou taxaço do impacto ambiental das nossas escolhas. A implementação de um sistema tributário sensível à preservação ambiental não é, em geral, um processo rápido. Por isso, é urgente avançarmos nessa pauta, principalmente neste período de Eleições”, alerta.

Já integram o time de apoiadores do Manifesto diversas instituições, incluindo a Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat). Responsáveis pela maior parte de tudo que é coletado para reciclagem no país, esses profissionais podem ser diretamente beneficiados, por exemplo, com o fim da bitributação de reciclados. “Essa dupla cobrança de tributos interfere diretamente na comercialização do material reciclável, fazendo com que não seja vantajosa. Corrigindo isso, conseguiríamos melhorar a renda dos catadores e valorizar nossa categoria”, avalia o presidente da Ancat, Roberto Laureano.

Na proposta de Reforma Tributária Solidária apresentada em meados de 2017, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), juntamente com a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), alertou que as mudanças necessárias devem considerar a tributação ambiental. Segundo a entidade, o atual sistema é injusto e concentrador de renda. “A reforma é necessária para inibir práticas predatórias e, simultaneamente, sustentar o financiamento de políticas socioambientais. Por isso, também apoiamos o Manifesto”, diz César Roxo Machado, vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da Anfip.

Essa é uma iniciativa de interesse público da Abralatas, que entende estar qualificada e ter legitimidade para tanto pela sua condição de grande incentivadora desse debate, e que, nas ocasiões em que abordou o assunto, sempre se referiu a todo e qualquer bem e serviço e não especificamente à lata de alumínio para bebidas. Conheça mais desse trabalho em www.abralatas.org.br e www.ciclodedebatesabralatas.org.br.

ATÉ O FECHAMENTO
DESTA EDIÇÃO,
AS SEGUINTE
INSTITUIÇÕES JÁ
HAVIAM DECLARADO
O SEU APOIO AO
MANIFESTO

- » **ABAL** - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO;
- » **ABEAÇO** - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMBALAGENS DE AÇO;
- » **ABRALATAS** - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE LATAS DE ALUMÍNIO;
- » **ABRIG** - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS;
- » **ANCAT** - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS;
- » **ANFIP** - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL;
- » **FENAFISCO** - FEDERAÇÃO NACIONAL DO FISCO ESTADUAL E DISTRITAL;
- » **FIRJAN** - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;
- » **ICNA** - INSTITUTO CAPITAL NATURAL DA AMAZÔNIA - ICNA;
- » **INSTITUTO “O DIREITO POR UM PLANETA VERDE”**;
- » **INSTITUTO ESCOLHAS**;
- » **INSTITUTO LIXO ZERO**;
- » **INTERFRAZÃO NEGÓCIOS INTERNACIONAIS**;
- » **PROLATA RECICLAGEM**;
- » **UBRABIO** - UNIÃO BRASILEIRA DO BIODIESEL E BIOQUEROSENE.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Coautor e relator da lei que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS/SP) será um dos palestrantes do Fórum Economia Limpa 3ª edição. O parlamentar defende a realização de audiências públicas na Câmara dos Deputados para viabilizar a implementação de políticas tributárias que estimulem a produção e o consumo sustentável (Tributação Verde).

“É de fundamental importância reunir especialistas para uma discussão técnica sobre o assunto. De um lado, o governo, que é responsável pela implementação dos instrumentos da lei; e do outro, representantes do setor, pois são os que se submetem a essa nova regulamentação”, explica o parlamentar.

Segundo o deputado, o manifesto da Tributação Verde deverá ter apoio de pelo menos três Frentes Parlamentares: a de Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem; a de Defesa da Política Nacional de Resíduos Sólidos; e a Ambientalista, da qual faz parte.

Jardim prevê que o tema não sairá da pauta de discussão tão cedo “haja vista que a destinação adequada do lixo é um problema presente e futuro para todos os gestores públicos. Analisando sob a ótica legislativa, a eleição de parlamentares que defendam essa bandeira em muito ajudaria a causa”, disse.



Foto: Divulgação

MANIFESTO PELA CRIAÇÃO DE FORO DE DISCUSSÃO SOBRE TRIBUTAÇÃO VERDE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

...

VI - Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

...

Art. 201. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

(Constituição Federal brasileira de 1988)

1. Em linha com o que é preconizado pelas mais importantes instituições internacionais dedicadas à promoção de modelos de desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, é preciso reconhecer que a efetividade das normas e diretrizes relativas à preservação e conservação do meio ambiente depende da utilização, pelo Estado, de instrumentos econômicos – em especial, tributários – como sancionadores de políticas públicas ambientais.
2. O principal objetivo da utilização desses instrumentos tributários deve ser o de fazer com que os preços de mercado dos diversos bens e serviços reflitam não apenas os seus custos econômicos de produção, comercialização etc., como também os seus custos sociais e ambientais, o que raramente ocorre. Trata-se do que se convencionou chamar de falha de mercado. Somente com a correção dessa falha é que a Sociedade poderá avaliar corretamente os efeitos que as suas escolhas de consumo e produção exercem sobre o meio ambiente.
3. O momento atual, em que se discutem reformas estruturais indispensáveis para o Brasil, é oportuno para buscar formas de utilizar a política tributária com a finalidade de fazer com que os preços dos diversos bens e serviços reflitam os seus custos ambientais. É o que pode se denominar **Tributação Verde**.
4. Há tempos que diretrizes e orientações de agências internacionais como a ONU, bem como compromissos assumidos pelo Estado brasileiro perante a comunidade internacional (e.g. Acordo de Paris), recomendam ou exigem a adoção de medidas que promovam a transição dos atuais padrões de produção e consumo para um modelo econômico de desenvolvimento ambientalmente sustentável.
5. Há mais de 15 anos, a Agenda 21, documento resultante da Rio-92, já recomendava linha de ação semelhante à **Tributação Verde**:
“Sem o estímulo dos preços e de indicações do mercado que deixem claro para produtores e consumidores os custos ambientais do consumo de energia, de matérias-primas e de recursos naturais, bem como da geração de resíduos, parece improvável que, num futuro próximo, ocorram mudanças significativas nos padrões de consumo e produção.” (Agenda 21)
6. Desnecessário dizer que a recomendação da Rio-92 não foi considerada. Mais grave do que isso, não existe até o momento uma política nacional de desenvolvimento sustentável integrada e sistematizada como se requer para que o meio ambiente receba tratamento consentâneo com o que exige a Constituição Federal a esse respeito.
7. Estudos de consagrados economistas indicam que a transição para uma economia de baixo carbono tem que passar necessariamente pela adoção de medidas destinadas a incorporar ao preço dos produtos o seu custo ambiental, de forma a onerar os modos de produção nocivos ao meio ambiente em relação àqueles que contribuem para a sua preservação e recuperação.
8. Para tanto, são inúmeros os exemplos de instrumentos tributários adequados para induzir o comportamento de agentes econômicos em sentido que proporcione o aumento do bem-estar da Sociedade por meio de instrumentos extrafiscais, mecanismos que permitem que o Estado exerça controle sobre os impactos na arrecadação, na competitividade dos setores afetados, bem como na atividade econômica em geral.
9. Como exemplo dos efeitos benéficos que a **Tributação Verde** pode trazer para a economia brasileira, vale mencionar o caso dos resíduos sólidos urbanos: ao estimular a produção e o consumo de produtos e embalagens recicláveis e reutilizáveis, em detrimento de outros que não têm essas características, esse modelo de tributação favoreceria o retorno dos resíduos ao processo produtivo, realizando o processo de logística reversa e levando ao aumento da renda e do emprego de recicladores e de catadores de materiais recicláveis, atividades intensivas em mão de obra e, portanto, de grande importância para a coletividade.
10. Há que se considerar ainda que, assim como fez a Comissão Europeia no seu planejamento ambiental e energético para o período 2020-2030, é preciso assegurar, desde já, a necessária segurança regulatória para o investimento em tecnologias de baixo carbono, a fim de estimular pesquisas e desenvolvimento, bem como a formação de cadeias produtivas, elementos essenciais para a consolidação de uma indústria limpa.
11. Para vencer os desafios ambientais da atualidade, a OCDE recomenda a adoção de políticas que utilizem mecanismos de mercado para tornar produtos e tecnologias limpas mais baratas do que as suas alternativas menos amigáveis ao meio ambiente, por meio da tributação ou de instrumentos que produzam efeitos semelhantes. A eliminação de subsídios a bens e serviços que causem danos ambientais ou que não mais necessitem desses estímulos são outras providências recomendadas com o mesmo objetivo.
12. De outra parte, dá sustentação constitucional definitiva à adoção da **Tributação Verde** o parecer do ex-ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto sobre o tema, destacando “[os] incentivos de caráter tributário como superior forma de cumprimento do dever estatal de proteger e preservar o meio ambiente em sua altanaria de princípio da ordem econômica”.
13. Também da perspectiva tributário-constitucional, parecer do jurista Ives Gandra da Silva Martins conclui que a adoção da chamada extrafiscalidade torna o direito tributário instrumento de justiça social e desenvolvimento econômico, servindo para impor tratamento tributário diferenciado a produtos e serviços de acordo com o respectivo impacto ambiental.

Cientes de que o debate entre a Sociedade e o Poder Legislativo é a forma mais democrática de construir os caminhos para que o Brasil defina o seu próprio modelo de transição para uma economia de baixo carbono, as instituições e empresas a seguir listadas manifestam o seu interesse em que seja constituído na Câmara dos Deputados um foro de debates sobre Tributação Verde, no âmbito do qual possam ser definidas as bases para o desenvolvimento de um sistema tributário que leve em consideração o impacto ambiental dos diversos bens e serviços, por meio da reunião de ideias e propostas livremente manifestadas.